

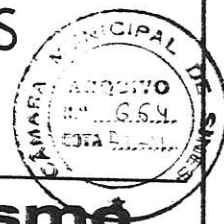


CONCELHO DE SINES

N.º 5 NOV./DEZ. 1978 • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

BOLETIM DAS AUTARQUIAS

DIRECÇÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE SINES



O Poder Local na via do Socialismo

OS PESCADORES TINHAM RAZÃO

O molhe oeste voltou a ceder perante o último temporal. Para além de danificadas novamente as zonas destruídas em Fevereiro de 1978, reduzindo a zero os trabalhos de reparação efectuados, novas

sobre o molhe nesse local.

Disseram os pescadores desde o princípio que a implatação do molhe, deveria ser de forma a que as mareas de oeste e sudoeste corressem ao longo do



zonas foram também afectadas, nomeadamente quase toda a extensão situada entre os postos 1 e 2.

Diga-se porém de passagem que só bastante tarde começaram os trabalhos de reparação dos estragos de Fevereiro, incompreensivelmente cerca de quatro a cinco meses depois, já em pleno verão, quando tudo apontava para que nessa altura já os mesmos trabalhos devessem estar prontos a fim de enfrentarem o inverno seguinte. Tal não aconteceu e talvez por esse facto a fragilidade do próprio molhe viu-se ampliada e portanto mais sensível ao embate das ondas. Seja como for, uma coisa é certa. O molhe oeste não pode ser ao mesmo tempo cais mineraleiro e lembra-nos, o que aliás é visível até no actual estado. O posto 3, não é afectado pelas ondas porque a ilha da Perureira, serve de quebra-mar evitando que a força das vagas se faça sentir directamente

molhe, o que tiraria às vagas a maior parte da sua força. Tal como está cada onda que rebenta sobre o molhe tem a força de duas, pois vai-se juntar ao retrocesso da que já rebentou. Por outro lado, também alertaram os pescadores mais experimentados para a particularidade que reside na influência que os ciclones dos Açores têm na Costa de Sines, tendo alguns afirmado que por variadas razões saíam de Sines com grandes mareas e chegavam ao Cabo Espichel onde o mar era relativamente calmo. Pelos vistos de nada serviram os avisamentos de quem vive praticamente toda uma vida sobre o mar. Faz-nos recordar os avisos de Camões a D. Sebastião, alertando-o para que confiasse mais nas experiências da vida e nos homens conhecedores dessas experiências do que nos eruditos da época. Tal como os avisos de Camões, também os avisos dos pescadores não foram ouvidos.

(Continua na pág. 2)

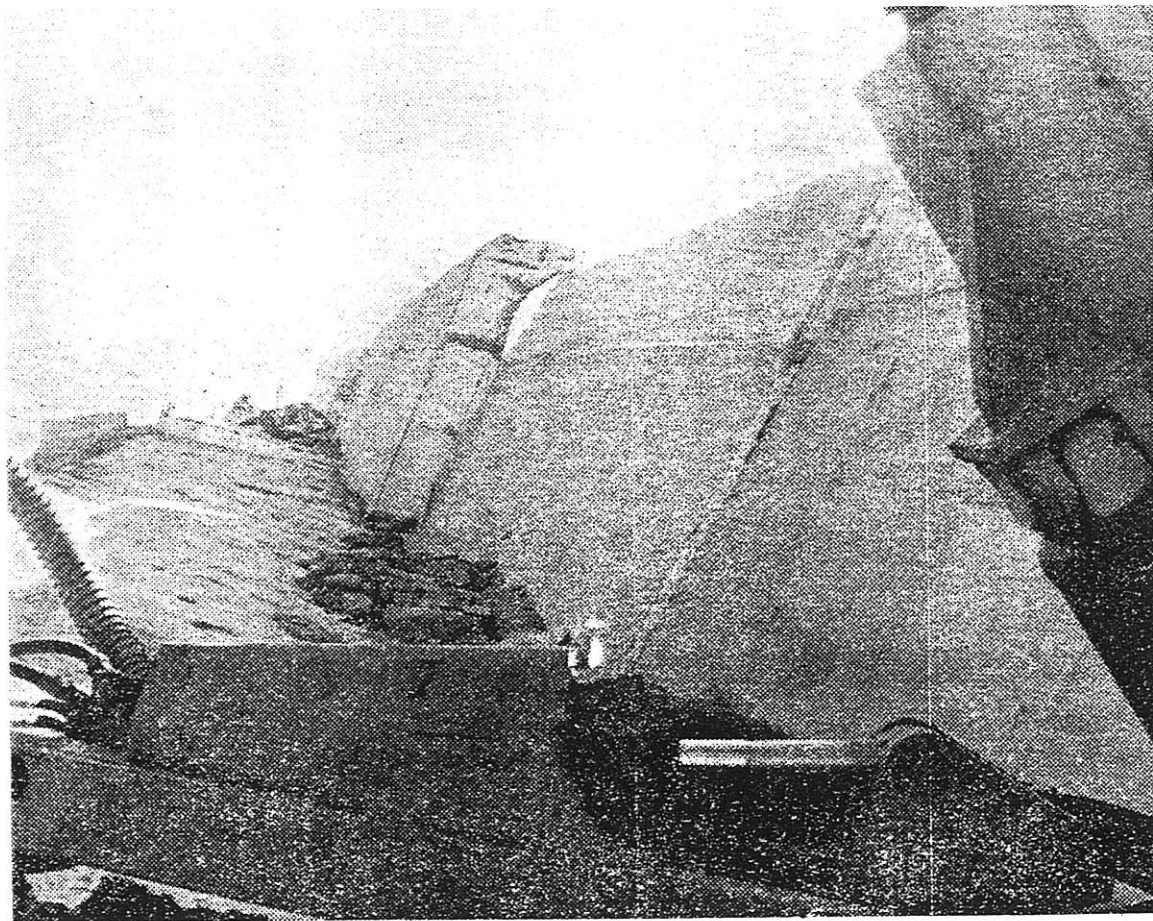
OS PESCADORES TINHAM RAZÃO

Gastos no molhe oeste qualquer coisa como 26 milhões de contos. A refinaria de investimento público, idêntico, pronta para laboração, exige que o cais mineiro cumpra a sua missão, se não totalmente como se previra, ao menos na dimensão do próprio funcionamento da refinaria, utilizando ao mesmo tempo as potencialidades da baía para os

nunca fomos gente de virar as costas às adversidades.

E O INQUÉRITO

De qualquer modo uma dúvida nos fica. Se o projecto do actual molhe oeste foi concebido para



“transshipment”, quando para tanto existam condições. Trata-se no fundo de reduzir à escala nacional um tipo de investimento, que a nossa situação económica não admite por enquanto. Basta recordar que cada posto de trabalho criado custa 15 a 20 mil contos e que neste momento mais de meio milhão de portugueses não têm trabalho. Mas como diz o povo “temos de agarrar o touro pelos cornos”, pois

temporais que só podem acontecer de cem em cem anos, com vagas de 20 metros de altura, e se em Fevereiro houveram vagas de 12 metros e agora em Dezembro as alturas das vagas ainda foram inferiores, é porque o mar não deve servir de justificação a todo o sucedido. Caberá à Comissão de Inquérito desfazer as dúvidas existentes e apontar os responsáveis se for caso disso.

Os Trabalhadores de Sines Desceram à Rua

Convocada pela União de Sindicatos de Sines e Santiago de Cacém, realizou-se no passado dia 16 de Novembro, uma manifestação de protesto contra a política do governo do então 1.º Ministro Nogueira da Costa. Os trabalhadores presentes, cerca de 5000, concentraram-se na Praça da República, tendo depois desfilado pela Rua Marquês de Pombal (até ao Largo dos Correios onde decorreu um comício). Intervieram então representantes da União dos Sindicatos, da União de Cooperativas Agrícolas Seara Vermelha e da C.G.T.P.-Intersindical Nacio-



nal. Os trabalhadores presentes manifestaram o seu repúdio pelo aumento do custo de vida e pela política agrícola do MAP, em relação à Reforma Agrária. Manifestaram também a sua solidariedade para com os trabalhadores da Empresa de Concentrados de Alvalade, recentemente devolvida aos antigos patrões. No final foi aprovada por unanimidade uma moção, que foi entregue ao Presidente da Câmara de Sines, para que a fizesse seguir para as entidades governamentais.

CÂMARA

1979

Ano Internacional da Criança



A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, decidiu proclamar o ano de 1979 como Ano Internacional da Criança, fazendo-o coincidir com o 20.º Aniversário da Proclamação da Declaração Universal dos Direitos do Criança.

É evidente que esta decisão reflecte a consciência que todo o mundo tem, de que milhões e milhões de crianças continuam abandonadas à sua sorte. Infelizmente o nosso país não é excepção e muitos milhares das nossas crianças continuam a passar fome e privações de todo o género. Lutar para que elas vejam e sintam a sua protecção e dignificação é tarefa árdua, mas uma tarefa que vale a pena. Que todos os democratas se sintam desde já mobilizadas para que trabalhos concretos se realizem ao longo de todo o ano. Para tanto, será constituída uma Comissão Concelhia, integrada pelas organizações que no concelho de Sines trabalham directamente com crianças e que terá como trabalho imediato a realização dum Programa, para todo o ano, de iniciativas dedicadas às crianças do nosso concelho. Até à divulgação desse programa e para nossa reflexão aqui ficam algumas passagens duma crónica de José

Carlos de Vasconcelos:

Desta terra, havemos de fazer uma pátria.

E onde há fome, diremos — pão.

E onde há frio, diremos — calor.

E onde há violência — tolerância.

E onde há vingança — justiça. E onde ódio — amor.

Desta terra havemos de fazer a nossa terra. Contra tiranos.

Contra polícias. Contra ouvidos de vergonha.

Contra olhos de sujeição. Contra colunas invertidas.

Contra silêncios cúmplices. Contra os senhores.

Contra a solidão. Contra o medo.

Com as tuas mãos. Com as minhas mãos.

Com as nossas, todas as mãos.

Desta terra havemos de fazer a nossa terra.

Desta terra faremos uma pátria.

Um lugar com rios e rosas.

Com cantigas.

Com crianças.

Desta terra havemos de fazer uma pátria.

E dar-lhe um nome: Portugal.

MUNICIPAL

INFORMAÇÕES

- Foi deliberado construir um ramal de esgoto, a partir da estrada da Costa do Norte pela azinhaga das Percebeiras, numa extensão de cerca de cem metros, de modo a abranger os nove fogos aí existentes. O custo total do ramal é de 65 contos, suportando a câmara 50% das despesas e os moradores dessa zona os restantes 50%, o que significa que cabe a cada habitação a importância de 3280\$00. Aos moradores que não possam pagar totalmente esta importância foi concedido um prazo até dois anos, sem mais encargos, para que com pagamentos mensais suaves, possam beneficiar deste melhoramento.

- A Câmara arrendou por 45 contos mensais, a Casa do Estudante, sita na praia de Sines. Destinase em princípio a alojar as crianças estudantes dos ensinos preparatório e secundário, que por residirem longe da escola, estavam privadas de prosseguir os seus estudos. Esta deliberação é transitória, até que o Instituto de Acção Social Escolar tome o assunto a seu cargo.

- Foi assinado no passado dia 22 de Dezembro, entre a Câmara Municipal e a empresa SOGECO, o auto de consignação dos trabalhos de construção do Mercado Municipal de Sines.

- Foi atribuído à Delegação Escolar de Sines (Escolas Primárias) um subsídio de 50 contos, para fundo de maneiio. Esta verba destina-se a fazer face aos encargos constantes dessas escolas com material didáctico e outro expediente.

- Foi entregue à delegada Escolar um subsídio de 30 contos para o Natal das crianças das escolas primárias.

- A Câmara Municipal fez deslocar a Sines o Grupo de Teatro Animação de Setúbal, com a peça "Zé Pimpão e João Mandão e os sapatos feitos à mão", no passado dia 6, onde estiveram presentes cerca de 900 crianças.

- Foi aprovado na sessão extraordinária da Câmara Municipal, realizada dia 4 de Dezembro o Plano de Obras, assim como o orçamento de receitas e despesas para o próximo ano de 1979. O total dos orçamentos ordinário e extraordinário ascende a 67 mil contos. Esses documentos seguiram, de

acordo com a lei, para a Assembleia Municipal e Conselho Municipal.

- Foi deliberada a compra de quatro postes de 12 metros, à firma Cavan, para iluminação dos campos polivalentes municipais, no I.O.S.

- Foi deliberado proceder à construção de um abrigo, a colocar no parque de estacionamento anexo à Câmara, para que os trabalhadores do Complexo, aí aguardem os seus transportes.

- Foi adjudicado à firma Construterra, provisoriamente, a construção do Caminho Municipal, entre o Monte da Estrada e o Vidigal. A proposta dessa empresa ascendia a 8300 contos. Aguardamos agora que a Direcção de Estradas de Setúbal ratifique a deliberação camarária.

CONCELHO MUNICIPAL

Tomou posse o Conselho Municipal. É constituído por dez elementos, representantes das várias organizações e actividades do concelho. São eles: António Lopes da Silva representante dos trabalhadores da Câmara; António Beja, dos comerciantes; Francisco Marques Teixeira, dos pequenos industriais; Maurílio Betencourt, dos serviços médico-sociais; João Silva, dos pescadores; João Manuel Carmelo, das colectividades; Jorge Plácido, das comissões de moradores; António Manuel de Brito, da União de Sindicatos; António João Grulha, das Comissões de Trabalhadores; José Pacheco da Liga de Pequenos Agricultores. Após a reunião do passado dia 29 a mesa do Conselho ficou assim constituída: António Manuel de Brito, presidente; António João Grulha, 1.º secretário e António Beja 2.º secretário. Nesta mesma reunião o Conselho, por unanimidade, deu o seu parecer favorável ao plano e orçamento da Câmara Municipal para o ano de 1979.

Cooperativa de Habitação Económica "UNIDADE E ACÇÃO"

— TUDO PRONTO PARA O ARRANQUE MAS ...

Foram doze meses de trabalho. Começámos as primeiras reuniões em Dezembro de 1977; primeiro algumas dezenas, depois atingimos rapidamente os 220 sócios-cooperantes. Constituída a Comissão de arranque, elaborámos os estatutos e alguns dos regulamentos, nomeadamente o da distribuição dos fogos. Recebemos todo o apoio da Câmara Municipal, no que respeita à cedência de terrenos, projectos e apoio técnico. Vimos finalmente pronta toda a papelada. O nosso primeiro programa de construção é de 96 fogos. Mais reuniões com o responsável do Fundo Fomento da Habitação e depois a abertura do concurso para construção das casas. Estamos em Novembro. Fazemos a abertura das propostas

dos empreiteiros e só nos falta o dinheiro para o arranque das obras. É então que o Fundo Fomento da Habitação corta os financiamentos às cooperativas, até àquelas que já têm fogos em construção. Com esta medida ficam congelados os lançamentos de 5000 habitações a nível nacional. É urgente que o Governo resolva esta questão no sentido do desbloqueamento dos financiamentos às cooperativas de habitação, e isto por, entre outras, duas razões: a primeira consiste na necessidade urgente de habitações novas, tanto a nível nacional como local; a segunda reside na própria Constituição da República e no direito de todos os cidadãos a uma habitação condigna.

Pequenas Notícias

- No passado dia 1 de Dezembro, os Bombeiros Voluntários de Sines comemoraram o seu 35º aniversário. Houve desfile com apresentação à população da nova fanfarra, exercícios na Casa-escola e um almoço de confraternização em que estiveram presentes entre outros como convidados, o sr. Presidente da Câmara, o sr. Presidente da Assembleia Municipal e o sr. Comandante do Porto.

- A Construterra, acedendo a uma solicitação da Câmara, enviou para a Fonte do Mouro uma moto-niveladora que procedeu a trabalhos de regularização no caminho que liga aquele lugar à estrada da Cabeça da Cabra.

- Os trabalhadores da Câmara Municipal tiveram no passado dia 22, a sua festa de Natal. Houve distribuição de garrafas de bebidas e bolos-rei a todos. Fizeram pequenas intervenções o Sr. Ramos dos Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara, e o próprio Presidente da autarquia.

- A Comissão de Pais do Ciclo Preparatório e Ensino Secundário reuniu com a Câmara Municipal, tendo apontado algumas das suas principais preocupações, tais como, o funcionamento da Cantina Escolar, a ampliação dos actuais edifícios, a não existência de equipamento desportivo e os arranjos exteriores dos recreios. A Câmara Municipal prometeu ir diligenciar junto do MEC para resolução dos problemas assinalados.

RECENSEAMENTO ELEITORAL



NOVO RECENSEAMENTO ELEITORAL

De 4 de Dezembro a 10 de Janeiro
**O Recenseamento
Eleitoral é
OBRIGATÓRIO**

A inscrição sera obrigatória mesmo para aqueles
que a tenham feito no anterior recenseamento

NOVO RECENSEAMENTO ELEITORAL

que abrangerá todos os portugueses
com capacidade eleitoral
MAIORES DE 18 ANOS
completados até ao fim do período
que for marcado para inscrição

A inscrição no novo Recenseamento Eleitoral
será definitiva,
salvo os casos futuros de mudança de residência
ou alteração da capacidade eleitoral

Já se Recenseou? É assim:

1º Vá ao Posto de Recenseamento. No nosso concelho existem dois. Um na Biblioteca Municipal, junto ao Castelo, e outro no Porto Covo. Peça um verbete. Se tem dificuldades no preenchimento solicite a um dos membros da Comissão Recenseadora que o ajude.

2º Tem que fazer prova da sua naturalidade. Para tal deve levar consigo o bilhete de identidade ou entre documento legal que o identifique. Se o seu bilhete de identidade não tiver a freguesia do seu nascimento leve a cédula pessoal.

3º Assine o verbete e entregue-o à Comissão Recenseadora. Aguarde um pouco para que lhe entreguem o seu cartão de eleitor.

4º Depois de terminado o período do recenseamento é bom voltar ao posto de recenseamento para se certificar que o seu nome consta dos cadernos eleitorais que então serão expostos. Se o seu nome se encontrar, tudo bem, se não, reclame à Comissão de Recenseamento para resolução do problema. Como vê nada mais fácil.

Aprovada a Lei das Finanças Locais na Assembleia da República

A Lei das finanças locais agora aprovada é uma importante contribuição para a consolidação e defesa do sistema constitucional e da própria democracia. Com ela abrem-se novos caminhos às potencialidades da participação activa das populações na resolução dos seus próprios problemas. Com ela abre-se a via para a instituição de um poder local

near e programar dentro dos recursos disponíveis, a resolução dos problemas mais prementes das populações. São também eliminadas as possibilidades de distribuição de verbas por compadrio de carácter partidário ou outro e também ficam prevenidas as práticas de desvio e abuso de poder correntes no regime fascista.



verdadeiramente autónomo e democrático, capaz de contribuir para a recuperação da economia nacional, de melhorar o nível de vida das populações, de eliminar as carências locais e regionais, de desempenhar um papel importante na mobilização do povo português para o esforço nacional e patriótico que urge fazer.

Com esta nova lei, a autonomia financeira das autarquias locais deixa de ser contestável por via administrativa e é realizada, pelo poder que é reconhecido aos seus órgãos de administrar as suas receitas e gerir o seu património, sem subordinação a constantes interferências burocráticas e paralisantes da Administração Central. É também garantido às Câmaras municipais o conhecimento prévio e em devido tempo das verbas que lhe caberão anualmente pela aplicação da nova lei, o que permitirá pla-

Podemos por tudo atrás referido tirar duas importantes conclusões. A primeira é a de que a responsabilidade das autarquias na resolução concreta dos problemas das populações que directamente servem é manifestamente aumentada, pois torna-se mais transparente a sua capacidade e mais facilmente perceptível pelas populações até que ponto os seus interesses estão a ser defendidos por aqueles que elegeram. A segunda grande conclusão que podemos apontar é a de que estamos perante uma lei verdadeiramente progressiva, e até certo ponto revolucionária, porque vai obrigar a que se procedam a profundas remodelações em todo o aparelho de Estado, no sentido de o tornar mais operativo e dinâmico. Haverá, pois, que congregar todos os esforços para que a aplicação da Lei das Finanças locais seja brevemente uma realidade.